



ANTROPOLOGIA E GEOGRAFIA: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS HISTÓRICAS

■ SCOTT WILLIAM HOEFLE - LABORATÓRIO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO - DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

RESUMO

ANALISA-SE POR VIA DA FILOSOFIA DA CIÊNCIA O LONGO E INSTÁVEL RELACIONAMENTO ENTRE A GEOGRAFIA E A ANTROPOLOGIA, APONTANDO PARA A CONVERGÊNCIA DE INTERESSES EM MOMENTOS DE SINTAGMAS CRÍTICOS E PARA A DIVERGÊNCIA EM MOMENTOS DE PARADIGMAS RACIONALISTAS. EXISTE MAIOR COLABORAÇÃO ENTRE AS DUAS DISCIPLINAS DURANTE FASES CRÍTICAS DO PENSAMENTO CIENTÍFICO QUANDO SÃO ENFATIZADAS DIVERSIDADE CULTURAL E AMBIENTAL NO MUNDO E EPISTEMOLOGIAS BASEADAS EM MODELOS FENOMENOLÓGICOS, ENVOLVENDO INTERAÇÃO PERCEPTIVA E METODOLOGIAS MAIS QUALITATIVAS, SENÃO ETNOGRÁFICAS. HÁ INDIFERENÇA MÚTUA OU MESMO EMBATE TEÓRICO EM MOMENTOS DE PARADIGMAS RACIONALISTAS QUANDO SÃO PRIVILEGIADOS PROCESSOS CENTRAIS NO MUNDO COM BASE EM TEORIAS DETERMINISTAS E REDUCIONISTAS DE EVOLUÇÃO UNILINEAR, MÉTODOS QUANTITATIVOS, MODULAÇÃO MATEMÁTICA E OBJETIVIDADE E PRESCRIÇÃO CIENTÍFICA. ALERTA-SE QUE A AMPLA COLABORAÇÃO ATUAL ENTRE AS DUAS DISCIPLINAS ATRAVÉS DO PÓS-MODERNISMO E DA ECOLOGIA POLÍTICA PODE ACABAR COM O AVENTO DO NEO-DARWINISMO. NOVA FASE DE DIVERGÊNCIA PODE SER EVITADA ATRAVÉS DA ECONOMIA POLÍTICA CULTURAL RADICAL, UMA ABORDAGEM CRÍTICA MAIS AFINADA AOS PROBLEMAS DO ATUAL CONTEXTO MUNDIAL.

PALAVRAS CHAVES: GEOGRAFIA, ANTROPOLOGIA, EPISTEMOLOGIA, CIÊNCIA CRÍTICA.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos houve uma série de importantes colaborações entre geógrafos e antropólogos. O antropólogo pós-modernista George Marcus foi convidado para participar em um livro que marcou o auge da abordagem cultural na Geografia: *Cultural Turns, Geographical Turns* (Cook et. alli 2000). Dois geógrafos conhecidos por seu trabalho na interface de cultura e ambiente participa-

ram na organização de dois números temáticos da revista de Antropologia Aplicada *Social Organization*: Gregory Knapp e Michael Watts (Herlihy e Knapp 2003, Paulson, Gerzon e Watts 2003). As colaborações representam a cumulação de duas décadas do desenvolvimento de uma série de interesses em comum entre geógrafos e antropólogos.

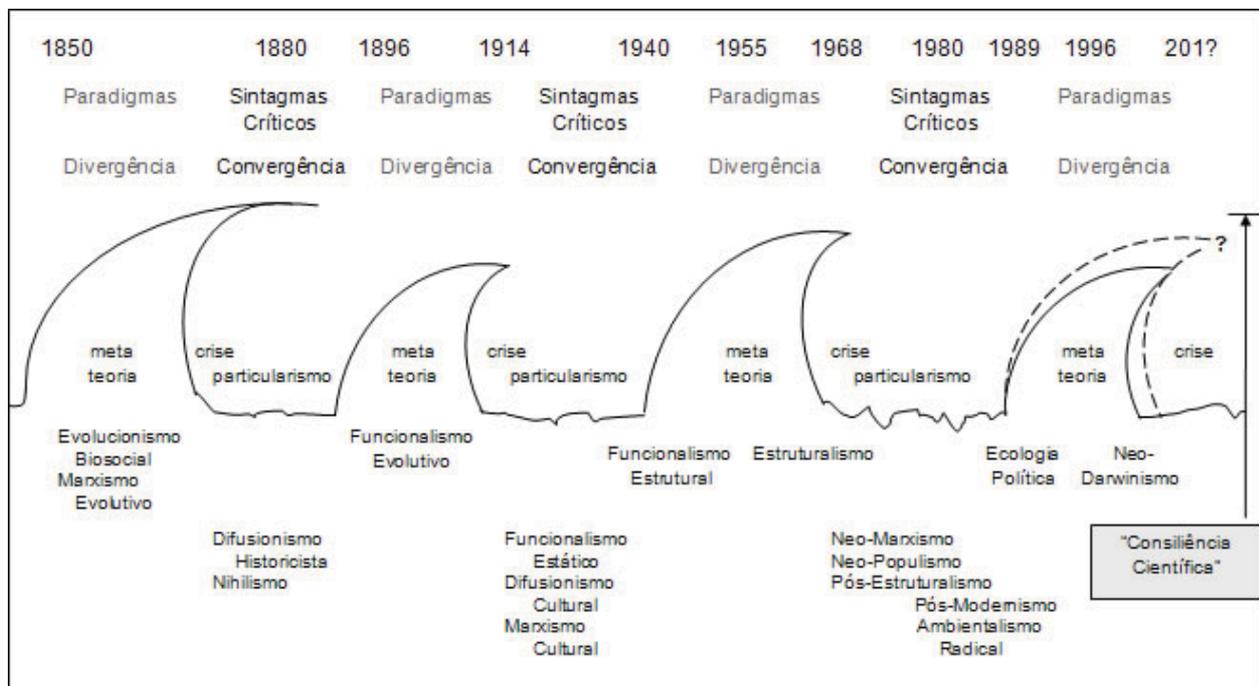
Pelo lado da Geografia, a convergência reflete tanto a superação do tabu histórico sobre "ambi-

ente" quanto a (re) descoberta da "cultura", abrangendo hoje quase todas as especialidades da disciplina (Anderson *et. alli.* 2003, Simmons 1989, Simmons 1993, Robbins 2004, Zimmerer e Bassett 2003). Os antropólogos, por sua parte, descobriram "lugar" e "paisagem" (Bender 1995, Erikson 2001, Hirsch e O'Hanlon 1995, Holtzman 2004, Lowe e McDonogh 2001, Morphy 1995). Em conseqüência, o intercâmbio envolve hoje a Antropologia Física, a Antropologia Social, a Geografia Humana e a Geografia Física, e não somente a Antropologia Cultural e a Geografia Cultural, como no passado. Na verdade, trata-se de uma convergência muito mais ampla do que aquela entre a Antropologia e a Geografia: o Pós-Modernismo e a Ecologia Política. Há décadas não se vê inter-

câmbio transdisciplinar tão abrangente de forma que parece deslumbrar um horizonte promissor de colaboração entre a Geografia, a Antropologia e as outras Ciências Sociais.

Contudo, este quadro está ameaçado por tendências maiores na Ciência que estão prestes a reduzir a importância das duas áreas de intercâmbio entre a Geografia e a Antropologia: ambiente e cultura. O paradigma empirista da Ecologia Política já existe há mais de quinze anos e o sintagma crítico do Pós-Modernismo, há mais de vinte anos e ambos estão em processo de substituição por outra "onda" intelectual mais recente, o Neo-Darwinismo, de cunho racionalista, que não somente separa as duas disciplinas novamente, mas também ameaça o espaço disciplinar de ambas (Figura 1).

FIGURA 1 – CONVERGÊNCIA E DIVERGÊNCIA ENTRE GEOGRAFIA E ANTROPOLOGIA NAS LONGAS ONDAS DO PENSAMENTO CIENTÍFICO APÓS 1850.



Esta mudança em direção a um paradigma racionalista não é nova e se repete a cada quarenta a cinquenta anos quando a ênfase em diversidade ambiental e cultural no mundo cede lugar a visões deterministas que geralmente afastam a Geografia da Antropologia. Assim sendo, o objetivo aqui é analisar um longo e instável relacionamento entre as duas disciplinas que é caracterizado ora por atração, ora por repulsão e ora por indiferença mútua. Para responder porque há convergência entre as duas disciplinas em certas épocas e divergência em outras é preciso contextualizar ambas nas Ciências Sociais, senão na Filosofia da Ciência.

COLABORAÇÃO, EMBATE, INDIFERENÇA: QUANDO E POR QUÊ? _____

Como mostra Ellen (1988), em grande detalhe, existe uma longa história de colaboração entre antropólogos e geógrafos, não somente na área de "cultura", mas também em trabalhos conjuntos sobre "ambiente" e "desenvolvimento", entre outros pontos de interface mais especializados. Contudo, o grau de intercâmbio tem variado muito

em termos da abrangência disciplinar dos tópicos explorados em comum e do número de especialistas de cada disciplina que interagem entre si. Assim sendo, desde o século XIX, em diferentes momentos, o relacionamento entre geógrafos e antropólogos tem sido de três maneiras: 1) *colaboração*, envolvendo grande número de geógrafos e antropólogos, incluindo alguns dos mais renomados de sua época, em torno de conceitos e abordagens em comum, 2) *embate*, envolvendo o conflito direto de posições teóricas contrárias, geralmente de linhas de pensamento que se sucedem no tempo e 3) *indiferença*, envolvendo o desinteresse mútuo de ambas partes, por explorarem projetos intelectuais divergentes com pouco em comum.

Normalmente quando geógrafos refletem sobre o relacionamento de sua disciplina com as demais, utilizam um modelo conceitual da divisão do trabalho científico que surgiu com a Nova Geografia Quantitativa. O esquema de segmentação do fenômeno humano entre as Ciências Sociais de Abler, Adams e Gould é típico (Figura 2). Uma visão da Geografia

FIGURA 2 – A DIVISÃO MODERNISTA DO TRABALHO CIENTÍFICO.

<u>Dimensões</u>	<u>Disciplinas</u>
social	Sociologia
temporal	História
política	Ciência Política
cultura	Antropologia
econômica	Economia
espacial	Geografia
psíquica	Psicologia
outras	Demais Disciplinas

Adaptada de: Abler, Adams e Gould (1973, p.55).

como uma ciência racionalista, composta de numerosas especializações, cada uma podendo ter relações distintas de intercâmbio com as demais disciplinas, mas não de forma generalizada, se deu dentro do paradigma científico modernista do Estruturalismo. Como coloca Taylor (1985, p.102), "[naquele momento] os geógrafos foram arrastados berrando e esperando para a cientificidade do século XX" que na opinião de Simmons e Cox (1985) fez com que a Geografia deixasse de ser a disciplina holística de Hartshorne e Sauer. Do holismo da Geografia Cultural e da Geografia Regional a disciplina partiu para o determinismo econômico na Geografia Humana e para geomorfologia reducionista na Geografia Física, abrindo um enorme distanciamento entre a Geografia e a Antropologia, por um lado, e entre a Geografia Humana e a Geografia Física por outro.

A visão especializada da Ciência do Estruturalismo foi duramente criticada por todas as tendências teóricas posteriores por ter dividido fenômenos sociais "artificialmente" entre disciplinas, com métodos e linguagens diferentes, de forma que nunca se conseguiu rearticular as partes analíticas numa síntese maior transdisciplinar (Chambers 1994, Clifford e Marcus 1986, Frank 1969, Merchant 1992, Sperber 1995, Wallerstein 1979).

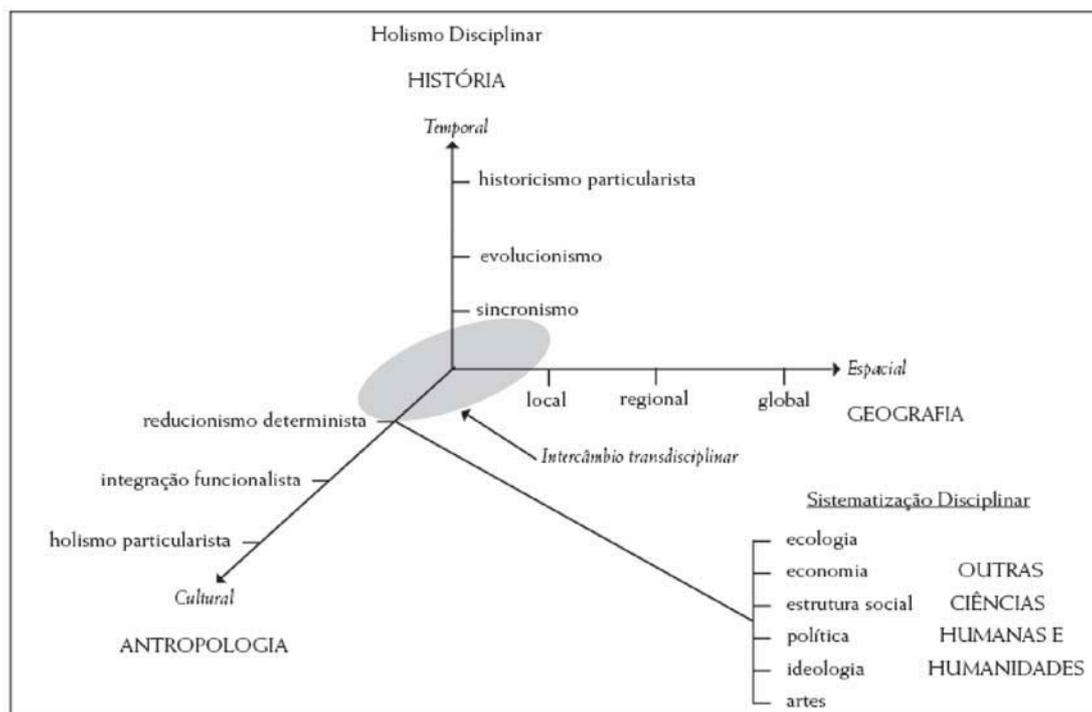
Além disso, a visão estruturalista do lugar da Geografia na produção do conhecimento é equivocada do ponto de vista da Filosofia da Ciência. A construção teórica *espaço* não é da mesma ordem de escopo epistemológico que a *economia*, a *política* ou a *cultura*. *Espaço* e *cultura* são de escopos epistemológicos diferentes como também são as construções teóricas da dimensão

temporal. Dessa forma, o trabalho intelectual das diferentes Ciências Sociais, em diferentes momentos, pode ser visualizado como combinações específicas de elementos dos três escopos epistemológicos - espacial, cultural e temporal - mapeados em espaço intelectual tri-dimensional, mostrando o ponto de interseção nos três eixos onde se localiza cada disciplina perante outras, a partir do qual pode haver maior ou menor interesse em comum (Figura 3).

Tradicionalmente, a Geografia, a Antropologia e a História estudaram de forma holística os eixos de escopo epistemológico espacial, cultural e temporal respectivamente. Ao mesmo tempo, as outras Ciências Sociais sistemáticas estudam sua especialidade (no eixo cultural), abordando com menor detalhe processos espaciais e temporais em fases racionalistas, caracterizadas por prescrição universal do padrão observado no centro para o resto do mundo, e com maior atenção em fases críticas-fenomenológicas, marcadas pelo particularismo espacial e temporal num mundo considerado ambientalmente e culturalmente complexo.

Com este modelo de escopo epistemológico podemos tentar explicar porque o relacionamento entre geógrafos e antropólogos passa por momentos de colaboração, embate e indiferença. Como as duas disciplinas ocupam eixos de escopo epistemológico diferentes, de forma geral, só há maior interesse mútuo quando o antropólogo abre seus horizontes espaciais além de uma aldeia indígena localizada em lugar remoto ou quando o geógrafo se interessa pela cultura ou ambiente, de preferência em escala local. Quando o geógrafo procura modelos deterministas em dimensões específicas do eixo cultural, como por exemplo no

FIGURA 3 – INTERCÂMBIO TRANSDISCIPLINAR ATRAVÉS DE EPISTEMOLOGIAS HOLÍSTICAS VERSUS EPISTEMOLOGIAS SISTEMÁTICAS

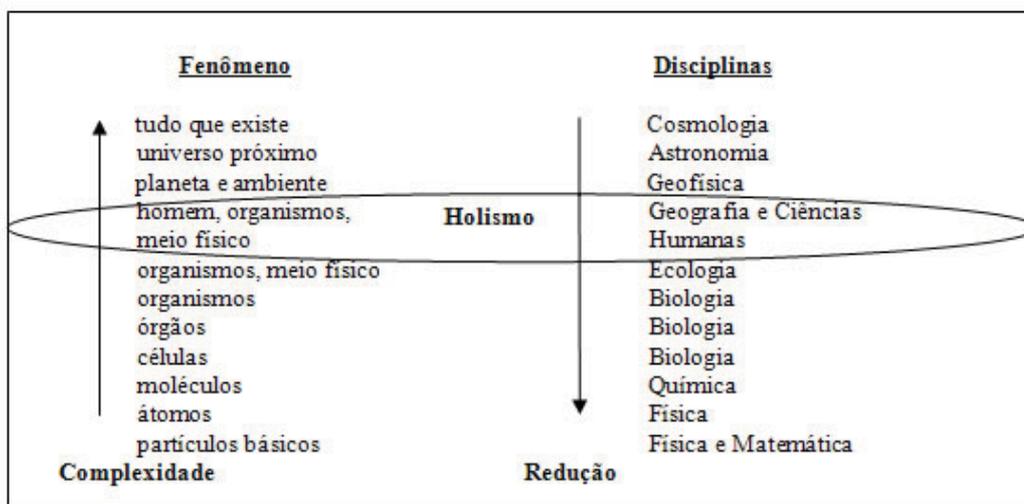


determinismo ecológico-ambiental ou tecno-econômico, há forte embate. Finalmente, quando geógrafos estudam escalas espaciais mais amplas, como por exemplo em grandes regiões ou o mundo, e assuntos de cunho ambiental quase sem a presença do ser humano, como por exemplo na geomorfologia, há apenas desinteresse mútuo.

Relacionadas a estas questões, e dificultando ainda mais a possibilidade de interação entre as duas disciplinas, estão problemas de natureza ontológica e metodológica. Simmons e Cox (1985) retrataram bem estes problemas do ponto de visto interno à Geografia (Figura 4). Estes autores mostram que durante o século XX surgiu forte divisão metodológica entre geógrafos humanos e físicos. Os primeiros inter-relacionam diferentes tipos de informações sociais num *mesmo plano fenomenal* de forma que *quando* buscam as causas para o padrão

observado, eles citam fatores do mesmo nível fenomenal. Por exemplo, a fome pode ser explicada em termos sócioeconômicos da má distribuição da renda numa sociedade ou em termos tecno-ecológicos do uso de sistemas agrícolas inadequados. Por outro lado, geógrafos físicos reduzem o padrão observado de fenômenos sociais à interação de seus componentes em outro plano fenomenal "abaixo", tido como mais "básico". Por exemplo, a fertilidade do solo é explicada em termos de interações químicas. Para estes autores, escrevendo em 1985, a resolução do impasse ontológico e metodológico entre a Geografia Física e Humana seria na adoção de uma abordagem holística, que não seria determinista nem reducionista, ou seja, uma solução epistemológica próxima à abordagem da Ecologia Política que despon-tava naquele momento.

FIGURA 4 – REDUÇIONISMO VERSUS HOLISMO NA CIÊNCIA.



Adaptada de: Simmons e Cox (1985).

Contudo, a Ecologia Política não foi o caminho seguido pela maioria dos geógrafos após 1985. Na maneira que o Pós-Modernismo se firmou na Geografia Humana, abordagens culturais se tornaram cada vez mais comuns, provocando um verdadeiro "apartheid" metodológico na disciplina. Como vimos acima, o holismo tradicional da disciplina já tinha sido aleijado pela especialização que ocorreu durante a fase do Estruturalismo, mas, apesar disso, naquele momento, a maioria dos geógrafos compartilharam uma mesma metodologia quantitativa e crença na objetividade científica. Estas posições foram progressivamente desacreditadas pelas correntes críticas posteriores ao Estruturalismo nas Ciências Sociais enquanto isso não ocorreu de forma tão radical nas Ciências Naturais e Físicas. Na Geografia Humana atual, como em todas as Ciências Humanas, há forte questionamento ao racionalismo, que, por sua vez, remete a antigos e recentes debates na Antropologia sobre o dilema do cientista-observador (o sujeito) ser uma pessoa como também são os indivíduos da sociedade estudada (o objeto de estudo).

A Antropologia tradicionalmente resolveu a questão da subjetividade do observador-observado através do estudo prolongado de "outras culturas". Para o antropólogo, oriundo de uma sociedade urbano-industrial, a vida do "primitivo" estudado era tão diferente de sua sociedade de origem que ele (ou ela) não se envolvia num nível tão pessoal ao ponto de afetar sua objetividade científica. Ao mesmo tempo, para a população local, o antropólogo não pertencia à sua cultura, nem a suas intrigas pessoais, de forma que os "informantes" não só explicavam pacientemente seus costumes ao estranho como também faziam confidências e reclamações sobre o comportamento dos outros membros de sua sociedade. Acreditava-se que o status de estranho residente, complementado por observação própria, permitia o antropólogo ir além das idealizações de como se devia comportar alcançando o comportamento real da população estudada. Assim sendo, o antropólogo, através de longos períodos de trabalho de campo, convivendo com um grupo social, aprendia sua

lógica cultural e a *traduzia* para o leitor de sua sociedade de origem [Beattie 1964, Evans-Pritchard 1962, Lévi-Strauss 1969(1962)].

Sob o impacto de abordagens críticas marxistas e pós-modernistas, a partir de fins dos anos de 1960, levantaram-se inúmeros problemas com esta visão simplista da pesquisa antropológica. Em primeiro lugar, o que o antropólogo como um estrangeiro pode ganhar em objetividade ele perde em compreensão. O modo de vida é tão diferente do seu que o antropólogo alcança apenas um nível superficial de proficiência cultural. Este problema foi solucionado parcialmente em décadas recentes através da formação de "nativos não-ocidentais" como antropólogos e pelo crescente interesse de antropólogos de países pós-industriais na sua própria sociedade. Isso também resolve outro problema histórico do antropólogo ser um representante ou mesmo colaborador do imperialismo europeu. Por outro lado, formar antropólogos para estudar sua própria cultura não resolve necessariamente a questão de origem de classe social do cientista e seus preconceitos perante uma população de outra classe social que vive em áreas ou regiões diferentes da sua. Uma alternativa proposta é de complementar ou mesmo substituir o narrativo unifocal do cientista por narrativos poli-sêmicos, dando voz à população local (Clifford 1986, Geertz 1973, Hymes 1969). Assim sendo, houve amplos debates sobre como etnografias podiam melhor retratar a diversidade cultural do mundo, mas apesar de todos os problemas epistemológicos apontados, não se abandonou completamente a objetividade para mergulhar no relativismo subjetivo e nem no narcismo antropológico. Pelo contrário, destacaram-se a complexida-

de do processo de produzir etnografias e da necessidade de controlar e compensar para a subjetividade do etnógrafo visando a alcançar uma objetividade científica em outro plano (Bourdieu 1977, p.1).

Contudo, outro problema metodológico mais intratável surgiu na Antropologia em decorrência das críticas à objetividade, de forma semelhante ao que ocorreu antes na Geografia. Nos anos de 1980 abriu-se uma divisa epistemológica entre a Antropologia Cultural e a Antropologia Física. A Antropologia Física não só se manteve fiel ao modelo modernista da Ciência como abraçou novas tecnologias de precisão quantitativa e explicações reducionistas das Ciências Naturais, tendência epistemológica no sentido contrário à maioria dos antropólogos culturais. Como ocorreu na Geografia, rompeu o holismo tradicional da disciplina a ponto de dividir departamentos e de extinguir disciplinas comuns a toda a Antropologia (Holloway 2002, Moore 2004). Assim sendo, durante a última fase crítica das Ciências Sociais, houve forte convergência de interesses entre Geografia Cultural-Humana e a Antropologia Cultural-Social em torno do estudo de cultura e do uso de métodos etnográficos, mas em detrimento da união interna das duas ciências. Ficou evidente, nos anos de 1990, que essa tendência enfraqueceu a Geografia e a Antropologia na sua capacidade de tirar melhor proveito de novas oportunidades que surgiram na área ambiental bem como na sua capacidade para combater o emergente determinismo genético-psicológico no Neo-Darwinismo.

Assim sendo, analisando a interação entre geógrafos e antropólogos através do tempo, deve-

mos esperar que haja maior convergência de interesses e, portanto, colaboração durante fases críticas/não-modernistas do pensamento científico. Nessas fases são enfatizadas diversidade cultural e ambiental no mundo e epistemologias baseadas em modelos fenomenológicos, envolvendo interação perceptiva entre o sujeito e o objeto que necessitam de metodologias mais qualitativas, senão etnográficas.

CONVERGÊNCIA E DIVERGÊNCIA HISTÓRICA ENTRE A GEOGRAFIA E A ANTROPOLOGIA _____

Evolução Biosocial

Na segunda metade do século XIX, a Geografia e a Antropologia surgiram como áreas científicas produzindo análises especializadas sobre diferentes partes do mundo que eram relativamente mais aprofundadas e comparativas de que os relatos de viajantes e naturalistas. Este processo se deu dentro do paradigma multidisciplinar do Evolucionismo Biosocial, envolvendo pioneiros das Ciências Naturais e Humanas, como Comte, Darwin, Maine, Morgan, Spencer, Tylor e Wallace, e, tendo como proponentes na Geografia, Bryce, Huntington, Semple e Taylor.

Buscando nas "Ciências Inorgânicas" uma epistemologia racionalista, postularam um modelo universal de leis de seleção natural e social que regram a evolução da vida terrestre, incluindo a história da humanidade dentre a história da natureza, mas dominante a ela. Admite-se que o comportamento social e a capacidade fisiológica do homem evoluem juntos, num mesmo ritmo, de forma gradativa, acumulativa e progressiva. É um

processo de crescimento orgânico, passando do estágio da "infância" à "adolescência" e, finalmente, à "maturidade" cultural. Assim sendo, "caçadores selvagens" são encarados como crianças que permaneceram num estágio próximo aos animais, com pouca modificação cultural, desde o surgimento dos primeiros homens na face da terra, tendo, assim, muito pouca capacidade intelectual. No estágio seguinte, os "bárbaros", praticando agropecuária rudimentar e tendo atingido um certo grau de avanço cultural, chegaram à fase da adolescência. Os "civilizados" europeus, por sua vez, foram os que desenvolveram uma alta cultura madura, baseada na vida urbano-industrial [Darwin, 1952(1859, 1870), Morgan 1969(1870), Tylor 1970(1871), 1888].

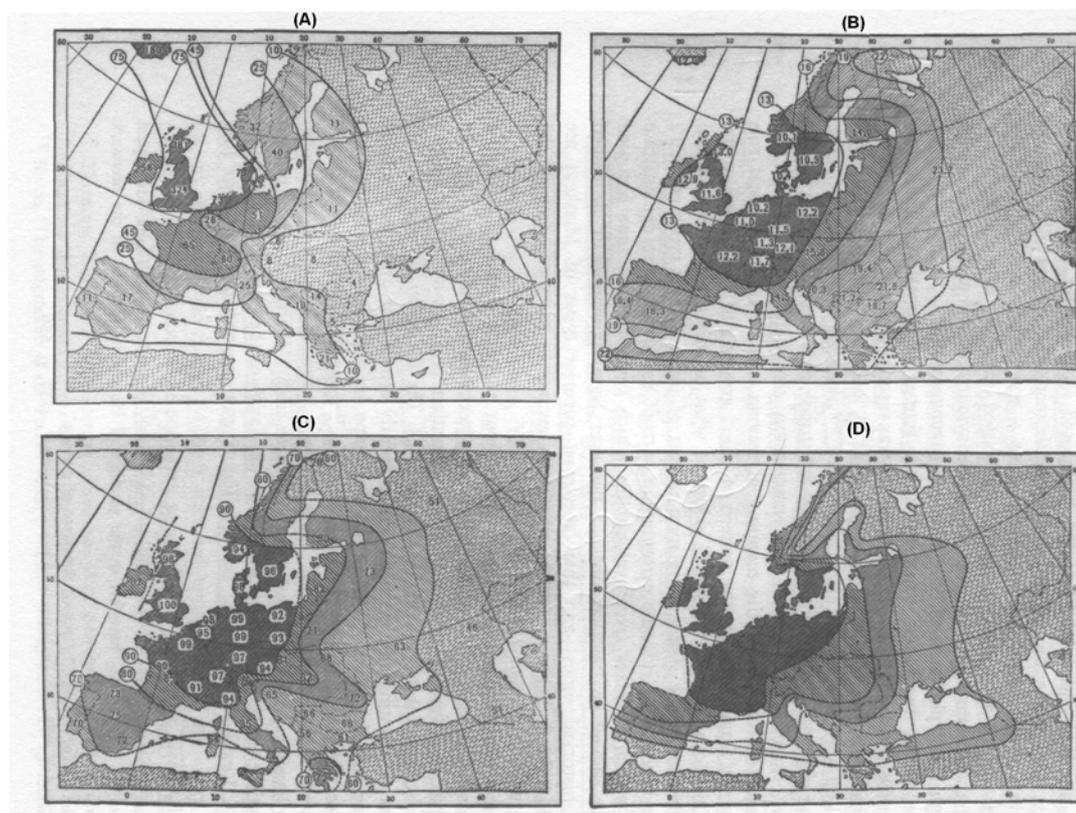
Tendo alcançado a maturidade, cabia aos "civilizados" europeus (e talvez norte-americanos) liderar ou mesmo substituir os povos menos evoluídos, justificando, dessa forma, o racismo e o projeto imperial da época. Dentro da divisão do trabalho científico emergente, as Ciências Sociais Sistemáticas analisavam a sociedade da metrópole enquanto a Geografia e a Antropologia desempenharam papéis complementares, mas não necessariamente inter-relacionados, no imperialismo do além-mar.

A Geografia explicava em termos climáticos porque os europeus e seus descendentes, vivendo em zonas temperadas, eram superiores às outras raças do mundo (Figura 5) e quais eram as estratégias para explorar as regiões do mundo não-propícias para colonização européia direta (Figura 6)(Crush 1994, Heffernan 1994, Livingston 1994, Soubeyran 1994).

Ao mesmo tempo, antropólogos, principalmente britânicos e franceses, começaram a atuar em suas colônias, conhecendo os hábitos das populações locais para poder evitar conflitos e regimentar a força de mão-de-obra local para a extração de matéria prima para a metrópole. Em papel semelhante, internamente aos Estados Unidos, os primeiros antropólogos americanos atuaram junto à população indígena na fase final da expropriação de suas área para dar lugar a atividades agrícolas e mineradoras (Harris 1968, Stocking 1968, Wolf 1982).

Embora compartilhassem do mesmo paradigma científico e tivesse nascido como ciências imperiais, havia pouco intercâmbio direto entre geografia e antropologia que se explica pela forte componente ambiental na Geografia da época. A dimensão ambiental era praticamente ausente na Antropologia e a atitude perante aos geógrafos passou da indiferença ao embate nos anos de 1920 quando a publicação de *The Character of Races* de Huntington foi recebida com frieza e hostilidade respectivamente por Boas e Kroeber (Livingston 1994).

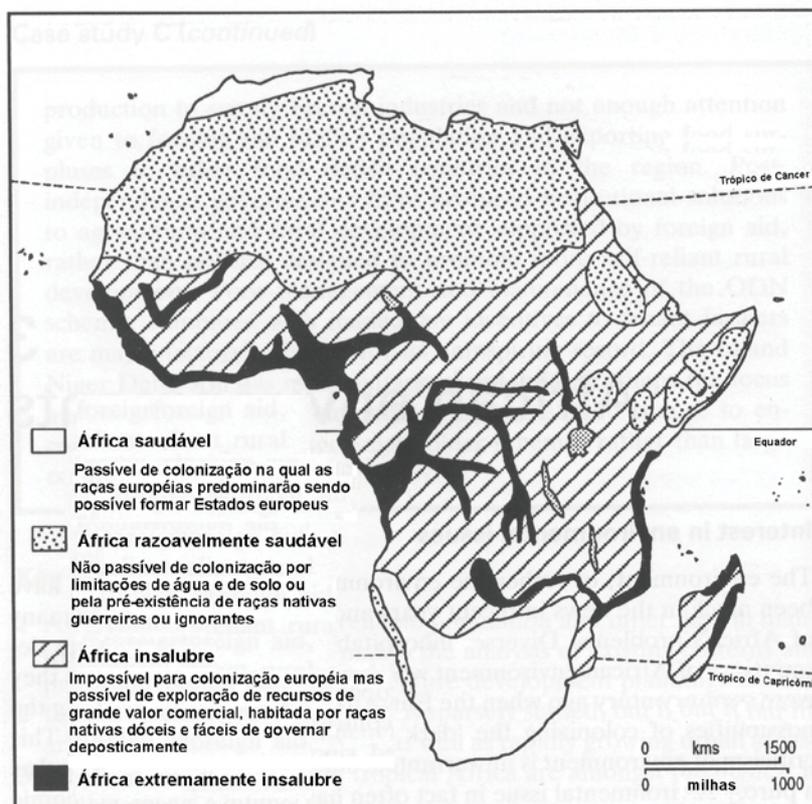
FIGURA 5 – MAPEAMENTO DA SUPERIORIDADE EUROPEIA, 1924



A – intelectuais eminentes por 10.000 habitantes, B – saúde, C – nível de civilização, D – energia climática.

Fonte: Huntington in Livingston (1994, p.142).

FIGURA 6 – ESTRATÉGIA IMPERIAL NA ÁFRICA VISTA PELO DETERMINISMO AMBIENTAL, 1905.



Fonte: Johnston in Binns (1994, p.52)

Marxismo Clássico

Da segunda metade do século XIX ao início do século XX, o Marxismo Clássico foi paradigma crítico alternativo ao Evolucionismo Biosocial e compartilhou com este alguns conceitos. Marx, Engels, Kautsky e Lênin seguem o pensamento evolucionista de sua época, porém, de natureza estritamente social e sem considerações bio-ambientais. Propõem um modelo de vários estágios pré-capitalistas históricos, dos caçadores e pescadores aos sistemas agrários feudais, que, eventualmente, podiam ser pulados através da colonização europeia, esta no estágio do capitalismo industrial. Para se alcançar o estágio mais avançado, o do socialismo, seria imprescindível passar pelo capitalismo industrial, seguindo, portanto, um modelo de

mudança cultural unilinear. Entretanto, no Marxismo Clássico, sustenta-se que o ritmo da evolução humana apresenta momentos de mudanças bruscas na passagem de um estágio a outro através de revoluções seguidas pela conseqüente substituição de instituições sociais e ideologias do modo de produção anterior pelas do estágio superior atingido [Engels 1972 (1880), 1972 (1884), Marx 1967 (1867-94), Marx e Engels 1952 (1848)].

Apesar da importância posterior, esta linha de pensamento evolucionista radical teve pouca influência direta nas disciplinas emergentes da Geografia e da Antropologia, mesma tendo significativa influência no Marxismo. Em particular, Marx e Engels incorporaram as idéias de Morgan para "atualizar" suas esquemas evo-

lucionistas elaboradas na década de 1840 [Engels 1972(1884), Marx 1971(1844), Marx 1972(1880-82)]. Também havia forte dimensão geográfica nas teorias sobre expansão capitalista e imperialismo de Lênin 1971(1916) e Bukharin e Luxemburg 1972(1926). Finalmente, as idéias sobre a cultura e a ideologia em sociedade capitalista avançada da Escola de Frankfurt e de Gramsci do período entre as Guerras Mundiais também podiam ter sido de grande relevância à Geografia e à Antropologia da época, mas não teve por razões políticas (Jay 1973, Jenks 1993).

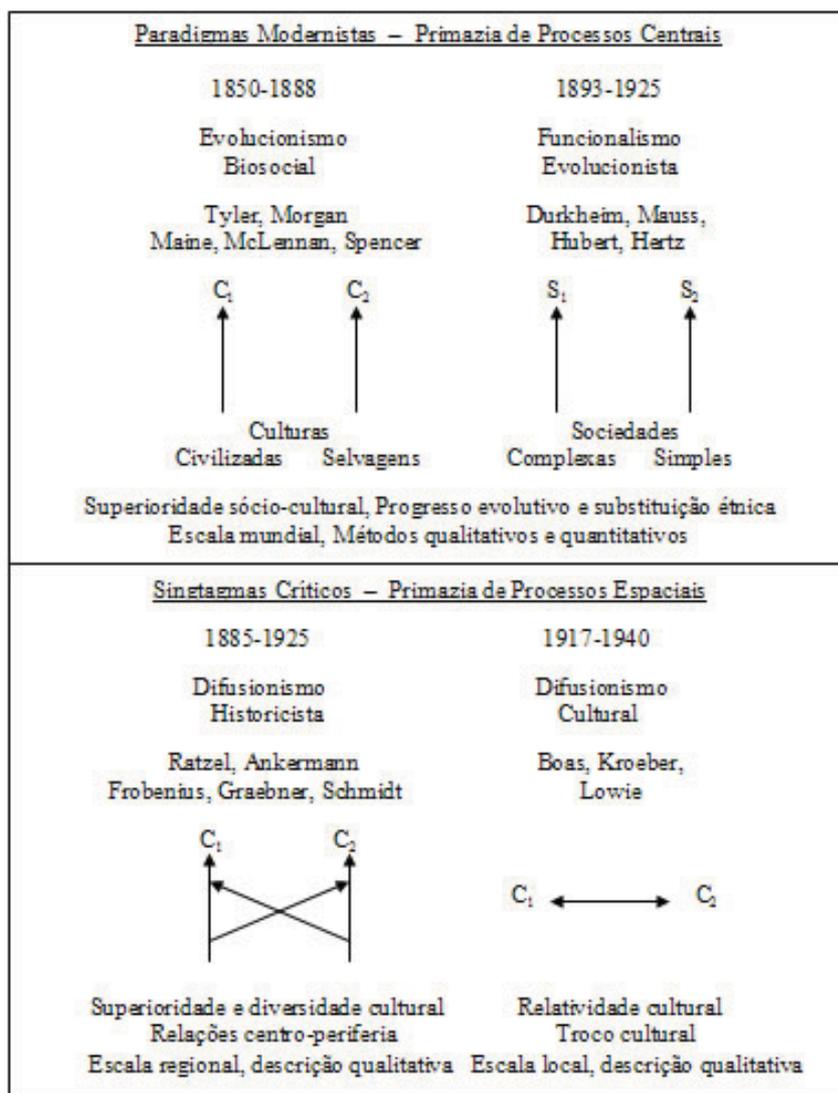
Contudo, não houve influência direta do Marxismo na Geografia e na Antropologia porque estas surgiram para servir e justificar o imperialismo e não para criticá-lo. Também deve ser lembrado que antes da implementação do Estado do Bem Estar nos países capitalistas em meados do século XX, a universidade era recinto da elite social cujo papel era preservar e justificar o *status quo* e não derrubá-lo. Assim sendo, a reação acadêmica ao marxismo nas duas disciplinas geralmente era contrária: por razões políticas no Evolucionismo e Funcionalismo e por razões epistemológicas no Difusionismo. Somente o Neo-Marxismo do período pós-1967 teve ressonância maior nas duas disciplinas em contexto universitário e social bastante diferente (veja Hobsbawn, 1994, cap. 11).

Difusionismo Cultural

O Difusionismo Cultural, por sua vez, apresentou um quadro de significativa colaboração entre geógrafos e antropólogos. Esta escola de pensamento científico surgiu nas últimas décadas do século XIX, como alternativa intelectual alemã ao Evolucionismo e ao Funcionalismo de seus rivais imperiais. O contexto de crise econômica e de expansão para as colônias neste período imprimiu uma ênfase na diversidade cultural e ambiental do mundo, na agência de processos espaciais (em lugar da evolução unilinear) e na descrição etnográfica qualitativa (Figura 7).

Num primeiro momento, Ratzel foi o grande proponente desta linha de pensamento. Fundou a Geografia Humana e a Etnologia na Alemanha, ocupando uma posição semelhante à de seu grande rival Durkheim no Funcionalismo francês. Na obra *Völkerkunde*, publicada em 1885-88, e, diferentemente de seus outros trabalhos, rapidamente traduzida para inglês (*The History of Mankind: Principles of Ethnography*, 1896), Ratzel apresenta ambiciosa etnologia espacializada do mundo, ricamente documentada e ilustrada, que se tornou texto básico na área (Tyler 1896, p.v). Na obra, Ratzel oferece uma teoria difusionista alternativa ao Evolucionismo dominante na Ciência desde os anos de 1850. O Evolucionismo é criticado por tirar "conclusões precipitadas", baseadas em "afirmativas prematuras", pouco "testadas", sobre a superioridade racial européia, sem a devida atenção à diversidade etnográfica no mundo (p.15-17).

FIGURA 7 - EVOLUÇÃO VERSUS DIFUSÃO COMO MODELOS ALTERNATIVOS DE TRANSFORMAÇÃO CULTURAL



Todavia, os geógrafos da época ignoraram a *Völkerkunde* e continuam a ignorar a obra até hoje enquanto as outras obras de maior impacto na Geografia nunca foram traduzidas de forma satisfatória para o inglês ou francês, fazendo com que Ratzel seja visto de forma distorcida na Geografia através do determinismo ambiental evolucionista de Semple ou pela posterior geopolítica nazista (Bassin 2004, Sanguin 2004). Há muito, Hartshorne também fez observação semelhante a respeito da leitura equivocada de Semple e Huntington sobre as obras de Ratzel (Hartshorne 1939).

Ao mesmo tempo que não teve nenhum impacto sobre a Geografia, a *Völkerkunde* serviu de grande inspiração para várias gerações de etnólogos alemães, tais como Ankermann, Frobenius, Graebner e Schmidt, que elaboraram esquemas de difusão no mundo a partir de complexos e círculos culturais (*kulturkreis*), identificando quatro tipos de complexos: 1) caçadores, 2) caçadores avançados, pastores e agricultores, 3) agricultores sedentários e 4) alta civilização [Harris, 1968; Peniman, 1965(1935)]. Na verdade, apesar do embate entre Tyler e Ratzel, que representaram res-

pectivamente sucessivas abordagens teóricas conflitantes, o Difusionismo alemão pode ser considerado uma extensão espacial do Evolucionismo uma vez que tenta explicar como inovações tecnológicas e sociais disseminadas entre povos que aceleram o ritmo da evolução cultural. Assim sendo, mesmo se Hartshorne (1939) e Sanguin (2004) são da opinião que Ratzel fundou a Geografia Cultural-Humana, seu lado etnográfico serviu mais para inspirar antropólogos do que geógrafos, fato este que se repete em outros momentos de colaboração entre as duas disciplinas quando da passagem de sintagmas particularistas para paradigmas universalistas na Ciência.

Além disso, o contexto político da prática científica mudou radicalmente na Alemanha durante o século XX. Se, por um lado, a Geografia e a Etnologia Alemã receberam grande estímulo pelo processo de unificação nacional em 1870 e pelo subsequente impulso imperialista para o além-mar, uma série de golpes no século XX cortou seu desenvolvimento. Com a derrota na Primeira Guerra, a Alemanha perdeu suas poucas colônias e assim o império como objeto de estudo das duas disciplinas. Em seguida, os geógrafos alemães passam longo período afastado da União Geográfica Internacional em retaliação ao seu papel na Primeira Guerra. O golpe final é a ascensão nazista que quase destrói a Ciência no país (Hobsbawn 1994, Sandner e Rössler 1994, Taylor 1985). Hoje a Geografia e a Antropologia na Alemanha são uma sombra de que eram no passado e do que são estas disciplinas nos Estados Unidos, na França e na Inglaterra, países cujos projetos imperiais tiveram maior sucesso.

Antes da *débâcle* alemã do século XX, contudo, o pensamento difusionista foi levado para os Esta-

dos Unidos por Franz Boas, geógrafo físico alemão, que, rejeitando os princípios do determinismo ambiental, tornou-se antropólogo cultural, disseminando suas idéias entre intelectuais norte-americanos. Na Universidade da Califórnia, em Berkeley, formou-se o principal centro do Difusionismo Cultural nos Estados Unidos, promovido por seus discípulos Kroeber e Lowie e em intenso intercâmbio com Sauer, também influenciado pelo pensamento geográfico e filosófico alemão.

No período de crise de 1914 a 1945, antropólogos e geógrafos desenvolveram uma linha difusionista idiográfica e particularista, tomando uma visão holística de cultura como base teórica para travar uma implacável crítica ao determinismo ambiental, econômico e bio-racial do Evolucionismo e ao determinismo orgânico-social do Funcionalismo. Para eles, cada cultura possui uma configuração específica e, portanto, é única. Povos vizinhos podem compartilhar elementos culturais em comum em função de um processo imitativo e de contato que se desenrola através do tempo. Os novos elementos adotados são adicionados de forma aleatória ao tecido social, expressando uma paisagem cultural, que por sua vez é construída em cima de uma paisagem natural que pode influenciar mas não determinar a paisagem cultural. A cultura, assim tratada, não é um corpo social orgânico composto por partes integradas como nos modelos evolucionistas e funcionalistas [Kroeber 1962(1922/1948), Lowie 1970(1920), Sauer 1963(1925)].

A visão particularista limita as generalizações de processos espaciais e temporais. No máximo, foram delineadas "áreas culturais", com povos de estilos de vida semelhantes que são estudados com

base da história local de grande profundidade temporal. Conseqüentemente, o conhecimento da história universal e de complexos culturais de grande extensão geográfica estão fora de cogitação, como também o dualismo etnocêntrico que divide o mundo em sociedades tradicionais simples e sociedades modernas complexas [Boas 1966(1887-1939), Kroeber 1952(1901-1951) Lowie 1970(1920)].

Após 1940, a escola difusionista perde força, cedendo lugar ao Funcionalismo Estrutural, e depois ao Estruturalismo, paradigmas que provêm do Funcionalismo francês de Durkheim e la Blache. A Geografia perde sua dimensão histórica, quase que elimina questões ambientais e progressivamente elimina a descrição etnográfica em favor da quantificação analítica, o que afasta a disciplina da Antropologia que se mantém fiel ao holismo cultural até a década de 1980.

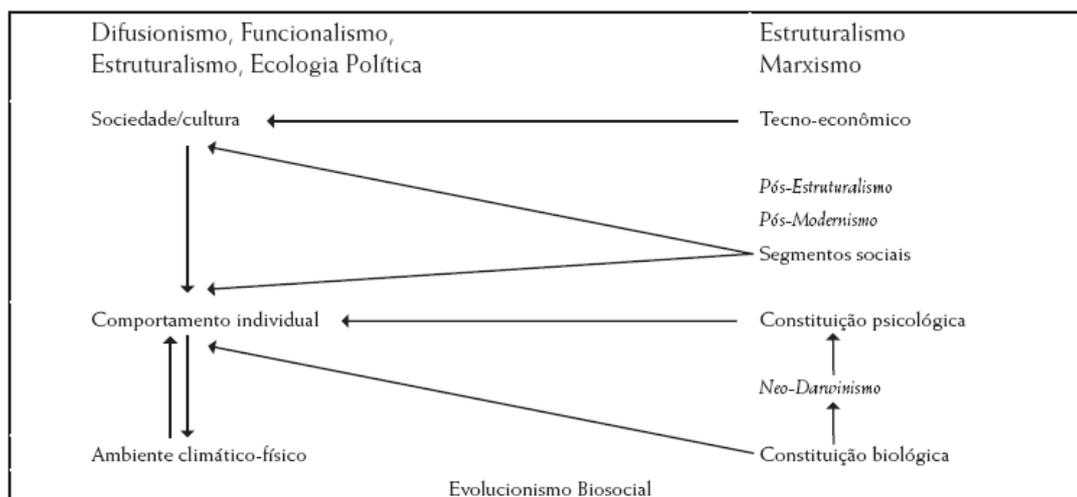
Funcionalismo Evolucionista e Estático

Contemporâneo ao Difusionismo, o Funcionalismo data do fim do século XIX, retomando, explicitamente, um paradigma modernista nas Ciências Naturais e Humanas. Cientistas sociais como Durkheim, Freud, Marshall, Mauss e Weber, e sobressaindo na Geografia Vidal de la Blache e Demangeon, utilizaram-se modelos evolutivos, mas de forma mais implícita do que explícita, para explicar a estrutura da sociedade industrial européia

e o relacionamento entre regiões no mundo. Há revisão do modelo orgânico da sociedade do Evolucionismo, mas mantém-se sua função política como justificativa da estrutura de classe em "sociedades complexas" (industriais) como também o domínio dessas das "sociedades simples" (não-ocidentais) [Durkheim 1964 (1893)]. Introduzem-se descrições quantitativas, utilizando a matemática e a estatística dentro das possibilidades de sua aplicação, na época, aos fenômenos sociais [Durkheim 1964(1895), 1966(1897)].

Surgiu intenso debate entre Durkheim e Ratzel na *L'Année sociologique*, no fim da década de 1890, que deixa clara a rejeição à influência do ambiente e da constituição biológica na vida humana em favor do determinismo social que marcará quase todo o século XX (Figura 8). As resenhas críticas do Durkheim às obras *Anthropogeographie*, *Politische Geographie*, *Der Staat und sein Boden geographisch beobachtet*, *Das Meer als Quelle der Voelkergroesse* e *Der Ursprung und die Wanderungen der Voelker geographisch betrachter* (mas curiosamente não a *Völkerkunde*) provocaram uma resposta do Ratzel na qual ele propõe um modelo de múltiplas influências na sociedade, inclusive a do ambiente. Isso é rejeitado por Durkheim que insiste na primazia da "consciência coletiva", da "morfologia social" e da "sociedade" no comportamento de indivíduos (Durkheim 1896-97, 1897-8, 1998-99, 1900, Ratzel 1898-99).

FIGURA 8 – DETERMINISMO SÓCIO-CULTURAL VERSUS REDUZIONISMO.



Maior dissociação do Evolucionismo e do Difusionismo ocorre com o abandono de análises diacrônicas, estabelecendo-se o Funcionalismo Estático de Boeke, Fevre, Malinowski e Radcliffe-Brown, e dos geógrafos Barrows, Gautier, Gourou e Robequain. Enfatizam-se os estudos sincrônicos de relações entre instituições sociais, num determinado momento e em lugares específicos, deixando de lado processos históricos que produziram a realidade sendo estudada. Atuantes durante o auge do sistema colonial, nos anos de 1920 e 1930, promoveram um grande número de estudos de casos em diferentes regiões do mundo, procurando-se entender melhor as sociedades nativas, a fim de fornecer subsídios para uma administração colonial e apartheid social mais racional (Radcliffe-Brown 1950, Soubeyran 1994, Thomas 1994, Shapera 1948).

A migração disciplinar de C. Daryll Forde exemplifica bem o intenso intercâmbio entre geógrafos e antropólogos deste período e como isso

foi rompido após 1945. Forde (1925) começou sua carreira como geógrafo humano seguidor de Vidal de la Blache, mas, em função de seu tratamento etnográfico de povos não-ocidentais [Forde 1963(1934), Forde e Kaberry 1967, Radcliffe-Brown e Forde 1950) no pós-guerra, ele acaba no Departamento de Antropologia Social da London School of Economics, junto com o economista Raymond Firth que também fez migração disciplinar semelhante em função de seu interesse nas economias de povos "primitivos". Os dois casos mostram como a forte divisão do trabalho científico emergindo não somente cortou o intercâmbio entre a Geografia e a Antropologia, mas também obrigou indivíduos a se encaixar nos seus devidos lugares institucionais. No estilo, a maior obra de Forde, *Habitat, Economy and Society*, lembra muito à *Völkerkunde* de Ratzel, estilo que em fase modernista mais uma vez é empurrado para a Antropologia porque tratam-se de povos irrelevantes no cenário mundial, de forma "descritiva", pouco "científica".

Funcionalismo Estrutural e Estruturalismo

O Funcionalismo Estrutural teve como representantes Fortes, Lewis, Merton, Myint, Parsons, Radcliffe-Brown e Rostow, e, na Geografia, Hartshorne e George, que realizaram um aprimoramento conceitual do Funcionalismo. Nesse paradigma empiricista, o fenômeno observado, sejam atividades econômicas, padrões regionais ou instituições sociais, é considerado o resultado de fatores abstratos e estes tornam-se o foco da investigação científica. Inicialmente, houve ênfase em processos sincrônicos, envolvendo a inter-relação dos fatores identificados, porém, a dimensão temporal foi retomada na formulação de esquemas evolucionistas, fundamentando a passagem da sociedade agrária tradicional para a sociedade industrial moderna. Entretanto, admitia-se a coexistência destas sociedades num mesmo espaço e tempo de forma dualista nas colônias e ex-colônias.

Ao contrário do período anterior, marcado por expressiva colaboração entre geógrafos e antropólogos, na maneira que firmava cada vez mais na Geografia o determinismo econômico e a ênfase no estudo de sociedades urbano-industriais ou da modernização de sociedades tradicionais, por um lado, e o estudo de sociedades tribais e secundariamente camponesas na Antropologia, por outro, houve progressivo distanciamento de interesses entre ambas partes.

O Estruturalismo surgiu do trajeto do Funcionalismo Estrutural, procurando um maior rigor filosófico e metodológico de seus conceitos básicos. Teve como seus representantes von Butterfly, Chomsky, Hirschman, Lévi-Strauss, Leontief e Piaget, e, na Geografia, Berry, Friedmann, Haggett e Harvey. O Estruturalismo foi um paradig-

ma racionalista no qual o fenômeno empírico observado é produto de uma combinação de limitado número de princípios abstratos, envolvendo sistemas de forças e estruturas profundas, ocultos aos membros da sociedade.

Como no Funcionalismo Estrutural, há ênfase no estudo da inter-relação de fatores, porém, agora, analisa-se o relacionamento estrutural de diferentes campos de relações, "as relações entre relações". Advoga-se uma metodologia positivista matemático-quantitativa na descrição e classificação de fenômenos sociais e na formulação de hipóteses de correlação de forças, aplicadas a modelos de naturezas das mais variadas, tanto aos de trocas econômicas intersetoriais, quanto às análises cosmológicas de mitologia primitiva [Gregory 1978, Lévi-Strauss 1963(1958), 1972(1969), Piaget 1971(1968)].

Abre nitidamente uma divisão do Estruturalismo em três correntes – a biofísica, a tecno-econômica e a humanista – cada uma com bases metodológicas distintas mesma se compartilharam uma mesma linguagem teórica. A corrente biofísica, baseada no reducionismo, atraiu os geógrafos e antropólogos físicos, a tecno-econômica, baseada no determinismo congregou a grande maioria dos geógrafos humanos, e a humanista, baseada no determinismo cultural, atraiu a maioria dos antropólogos sociais e culturais.

Havia um pequeno grupo de antropólogos que aderiram ao determinismo tecno-econômico, como Harris (1968), Steward (1955) e White (1959) que também tinham interesse no ambiente embora sua especialização em povos primitivos limitassem a possibilidade de intercâmbio com geógrafos. Mais comum foi a colaboração em ques-

tões sobre "desenvolvimento", que cada vez mais interessavam antropólogos trabalhando com populações camponesas, mas, inevitavelmente, havia embate sobre o etnocentrismo do significado do conceito de desenvolvimento (Geertz 1963, 1973). Uma importante exceção foi a interação na área de ecologia cultural entre geógrafos e antropólogos australianos e americanos trabalhando na Oceania. Destaca-se o papel central de Harold Brookfield nesta interação que depois será um dos fundadores da Ecologia Política (tratado abaixo). Além disso, havia alguns geógrafos, como Tuan (1974, 1977), que exploravam o Estruturalismo Humanista de influência antropológica, mas eram raridades na era da Nova Geografia Quantitativa e da Geografia Crítica Marxista (Gregory 1978). Mais raro ainda eram antropólogos interessados em abordagens geográficas sobre espaço, como por exemplo Smith (1976).

Neo-Marxismo

O Neo-Marxismo, com seus representantes Althusser, Amin, Foster-Carter, Frank, Rey, Wallerstein e Wolf, e na Geografia Harvey, Peet, Soja e Taylor, foi, ao mesmo tempo, modernista e anti-modernista. Com suas bases modernistas, seguiu um modelo global de centro-periferia no qual as leis de acumulação de capital determinavam a dominação do sistema mundial pelos países capitalistas avançados. Por outro lado, sustentava que a história não se repete em estágios evolutivos, havendo uma grande variação temporal e espacial nos modos ou formas de produção gerados no mundo pela expansão e penetração desigual do capitalismo, processo este que envolve, ora aliança de modos de produção diferentes em certas

regiões, ora substituição em outras, de acordo com interesses imediatos mutáveis no tempo [Frank 1967, Godelier 1977(1973), Meillassoux 1981(1975), Wallerstein 1979, Wolf 1982]. Reinsere, assim, uma dimensão histórica nas análises, geralmente a partir do surgimento do capitalismo, e também uma ampla dimensão espacial, abrangendo processos mundiais, regionais e locais.

Dentro de uma abordagem socioespacial crítica de um sistema mundial composto de regiões e classes sociais desiguais, foram duramente criticados os conceitos de cultura e de sociedade da Antropologia e da Sociologia. Alega-se que estes conceitos criam uma falsa imagem de conjuntos de povos existindo apartes e isolados historicamente como também ignoram a desigualdade interna às sociedades. Para marxistas há diferentes "formações sociais" no mundo, cada uma composta de diferentes classes ou segmentos sociais com padrões de vida desiguais, expressando a complexidade histórica da sua inserção no capitalismo mundial (Frank 1967, Wallerstein 1979, Wolf 1982).

Esta clássica ênfase durante as fases da Ciência, crítica em diversidade e na interrelação de países centrais e periféricos, rompeu as barreiras disciplinares de forma que permitiu, senão colaboração, pelos menos tolerância e interesse mútuo entre a Geografia e a Antropologia. Só não foi maior o intercâmbio por causa da grande ênfase em estudos urbanos contextualizados em estruturas globais na Geografia (Harvey 1973, 1985, Armstrong e McGee 1985, Taylor 1989). Na Antropologia eram mais comuns estudos da inserção de populações periféricas-rurais no sistema capitalista e a Antropologia Urbana estava apenas

se iniciando e com forte enfoque local (Gutkind 1974, Hannerz 1980).

Até 1980, o Neo-Marxismo focalizou mais as questões tecno-econômicas e políticas, praticamente, deixando de lado a cultura e ideologia, considerada, semelhante ao Estruturalismo, mera superestrutura dependente. A cultura assume maior importância quando são retomados os antigos trabalhos dos marxistas culturais da Escola de Frankfurt e de Gramsci. Destaca-se a importância do controle do "capital cultural" na educação universal, na mídia em massa e nos sistemas ideológicos que pode ser tão poderoso quanto a propriedade dos meios tecnológicos de produção [Althusser 1971(1969), Bourdieu 1978(1973), Jenks 1993]. O surgimento de um Marxismo Cultural faz com que cresça o interesse em cultura na Geografia e em paisagens urbanas na Antropologia promovendo maior intercâmbio entre ambas. Cosgrove em particular abriu uma linha de contato direto sobre o estudo de paisagens, num primeiro momento ainda no Marxismo Cultural quando relaciona formação social à paisagem simbólica (1984) e depois quando passa para o Pós-Modernismo (1989, 1995). Na interação entre geógrafos e antropólogos na passagem de uma abordagem teórica para outra, Cosgrove ocupa uma posição semelhante à de Brookfield para a passagem do Estruturalismo Econômico à Ecologia Política dando origem à grande colaboração que existe hoje entre as duas disciplinas.

CONVERGÊNCIA CONTEMPORÂNEA _____

Pós-Estruturalismo e Pós-Modernismo: Diversidade Cultural

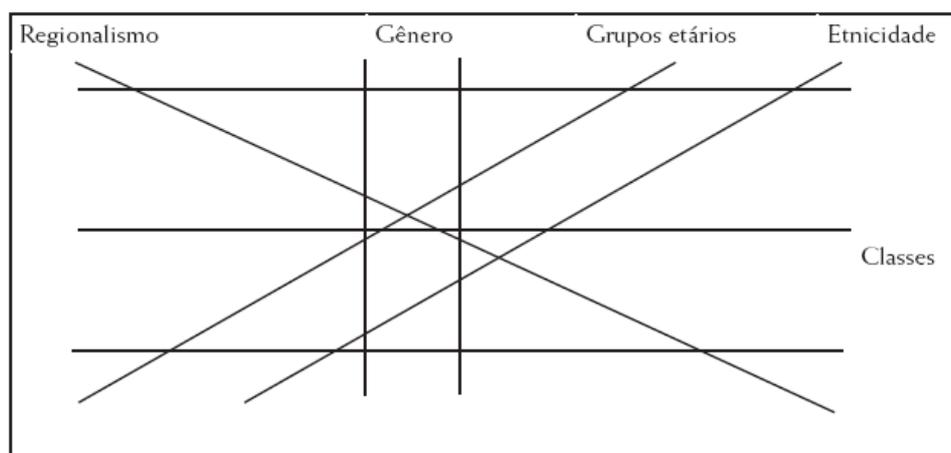
Começando nos anos de 1970, mas ganhando maior força a partir de 1980, pós-estruturalistas e

pós-modernistas, como Foucault, Baudrillard, Clifford, Deleuze, Derrida, Lash, Lyotard e Marcus, e, na Geografia, Cosgrove, Daniels, Duncan e Gregory, criticaram o determinismo econômico dominante nas Ciências Sociais por longa data e retomaram a dimensão cultural em si mesma a partir de uma visão fortemente particularista. Embora hoje sendo um tanto ultrapassado conceitualmente, o Pós-Modernismo permanece como base dos atuais "Estudos Culturais" e da "Teoria Cultural".

No Pós-Modernismo, paradigmas modernistas, como o Estruturalismo e o Marxismo, são criticados por serem deterministas e racionalistas, tratando o fenômeno observado como mero sinal de uma "significância oculta", condicionado por "estruturas profundas". Questionam a redução de cultura aos desejos inconscientes freudianos, à gramática da mente humana ou às leis do movimento de capital. Para o Pós-Modernismo, o fenômeno é um "texto" de elementos "justapositionados" numa "superfície" em mutação contínua e para o qual há uma infinidade de interpretações individuais, que, por sua vez, podem ser alteradas em fluxos constantes (Lash 1990, Lyotard 1979, Rose 1991).

Destaca-se a cultura como conceito base, mas agora com um sentido cognitivo, de visão do mundo. Desenvolvendo a idéia marxista da diferenciação ideológica segundo classe social, o Pós-Modernismo acrescenta uma multiplicidade de visões de mundo, de acordo com critérios de gênero, etnicidade, grupo etário e região, que imprimem diferentes significados ao meio vivido, criando enorme diversidade de paisagens culturais, cada uma com um simbolismo próprio (Figura 9).

FIGURA 9 – CULTURA FRAGMENTADA.



Com a extensão de abordagens culturais a quase todas as áreas de sua disciplina, os geógrafos voltam suas atenções ao eixo epistemológico tradicional, à Antropologia, num momento quando os antropólogos travam intensos debates sobre a legitimidade do conceito de cultura e sobre novos métodos etnográficos (Clifford e Marcus 1986, Gudeman e Rivera 1989, Kahn 1989, Pálsson 1993, Rabinow 1989, Tyler 1989) que são citados com frequência por geógrafos (Crush 1994, Gregory 1994, Mitchell 2000, Shurmer-Smith 2003, Thrift 2000). Por outro lado, o maior interesse em macro e micro processos espaciais na Antropologia e nas outras Ciências Humanas faz com que as obras de geógrafos como Cosgrove (1984, 1989), Cosgrove e Daniels (1988), Harvey (1989, 1996) e Soja (1989, 1996) sejam incorporadas. Ao mesmo tempo, interpretações geográficas entram em espaços tradicionalmente antropológicos como o espaço doméstico da casa e até o espaço sexual do corpo humano (Tuan 2004) vindo ao encontro da maior preocupação de antropólogos em fazer interpretações mais sistemáticas destes espaços (Carsten e Hugh-Jones 1995).

Ecologia Política: Cultura e Ambiente

Em outra frente de colaboração entre a Geografia e a Antropologia, sobre questões ecológicas e de desenvolvimento, a Ecologia Política configurou-se, após 1985, como um novo paradigma nas Ciências Humanas com grande potencial para superar a divisão entre elas e as Ciências Biofísicas. Em sentido contrário da crescente separação interna e perda do holismo durante as últimas décadas na Geografia e na Antropologia, a Ecologia Política promove a integração interna das duas disciplinas, a interação entre elas e ainda o intercâmbio com as demais ciências. Após décadas do particularismo fenomenológico, a Ecologia Política despontou como um paradigma empirista a partir da convergência de questões levantadas no Ambientalismo, no Neo-Marxismo e no Pós-Modernismo, tendo como representantes Atkinson, Chambers, Gare, Merchant, Pepper e Redclift, e na Geografia Blaikie, Brookfield, Robbins, Simmons e Zimmerer.

Do Ambientalismo, a Ecologia Política incorpora a forte preocupação com a degradação do ambiente natural e seus recursos. Defronta-se com

críticas à ideologia e visão do mundo urbano-industrial, que tornam-se base às pressões e ações políticas de movimentos sociais e entidades não-governamentais, atuando do nível global ao local. Provém do Neo-Marxismo o método analítico histórico conjugado ao tema dos processos da expansão e transformação do sistema capitalista em escala mundial que gera desigualdades sociais e regionais. Finalmente, do Pós-modernismo tem-se o interesse pela diferenciação cultural interna das sociedades e em particular a marginalização política e cultural de grupos sociais específicos. Assim sendo, na Ecologia Política problemas de degradação ambiental e de desigualdade social são vistos como duas faces da mesma questão central da disputa pelo acesso e controle de recursos (Atkinson 1991, Merchant 1992, Pepper 1996, Paulson *et. alli.* 2003, Robbins 2004, Zimmerer e Basset 2003).

A conjunção destas questões faz com que a Ecologia Política se distinga pelo seu forte poder de síntese das críticas sociais e ambientais, gerando um modelo interativo, desafiando a Ciência à integração de suas áreas sistemáticas de investigação, um movimento contrário à tendência de especialização disciplinar que data desde fins do século XIX. Centro de suas características é a preocupação em integrar, numa mesma investigação, uma visão holística de modos de vida locais, compostas da sinergia das sustentabilidade ecológica, econômica, política e sociocultural, mas inseridas em escalas diferentes de análise espacial, decorrentes não apenas de considerações metodológicas de como tratar um problema, mas, também, visando à ação política de intervenção na sociedade (Chambers 1994, Sachs 1989).

Como esta abordagem trabalha de forma detalhada tanto no eixo espacial quanto no eixo cultural era para esperar grande colaboração entre geógrafos e antropólogos que de fato ocorre. Ambas as disciplinas servem como modelos de pesquisa holística que as disciplinas sistemáticas devam imitar e não vice versa. Há grande demanda para geógrafos e antropólogos para atuar na área ambiental e cultural em projetos e outras ações visando ao desenvolvimento sustentável uma vez que eles conseguem como nenhum especialista das ciências sistemáticas integrar informações físicas, biológicas e humanas. O futuro não podia parecer mais promissor para um rico intercâmbio entre as duas disciplinas e para a trans-disciplinariedade em geral. Infelizmente, as aparências enganam.

DIVERGÊNCIA E MARGINALIZAÇÃO NO NEO-DARWINISMO _____

Apesar do grande sucesso alcançado na prática inter-disciplinar na Ecologia Política e no Pós-Modernismo, num nível teórico mais "profundo", o advento da Psicologia Evolucionista nos anos de 1990 promoveu o rompimento definitivo da barreira entre o estudo de fenômenos naturais e culturais que dividem as Ciências Biofísicas e Humanas em campos distintos há quase um século, surgindo novo paradigma racionalista trans-disciplinar: o Neo-Darwinismo. O advento do Neo-Darwinismo marca a crescente hegemonia da Biologia que a partir de seus avanços teóricos e tecnológicos tornou-se a ciência paradigmática a ser imitada pelas demais disciplinas do conhecimento como acontecia com a Física no passado recente (Hobsbawn 1994, Wilson 1998).

No campo do comportamento humano, os neo-darwinistas resgatam a tese principal dos etólogos

dos anos de 1960, aprimorada nos anos de 1970 pelo biólogo Edward Wilson (1974, 1978), de que o comportamento humano é fruto de milhões de anos de *co-evolução biológica-cultural*. Ao buscar o elo entre as bases bioquímicas e o comportamento humano observado, dos genes com os "memes" (os elementos mais básicos culturais), neo-darwinistas, como Pinker (1997), Plotkin (1993) e Wilson (1998), propõem explicações extremamente reducionistas que são rejeitadas pela maioria dos cientistas sociais (veja as coletâneas críticas organizadas por Aunger 2000 e por Rose e Rose 2001).

É significativo que a Psicologia sirva como elo entre as Ciências Biofísicas e Humanas e não a Antropologia ou a Geografia, embora sejam estas disciplinas que, historicamente, estudaram a evolução humana física e cultural. Atualmente, a Antropologia e a Geografia seguem epistemologias e teorias culturais contrárias ao reducionismo biológico enquanto a Psicologia, aproxima-se da Biologia epistemologicamente e metodologicamente. Na Psicologia empregam-se modelos bio-genéticos reducionistas nos quais procura-se generalizar sobre a natureza universal da mente humana a partir do mapeamento cerebral de indivíduos no mesmo tempo que a Biologia procura relacionar os mapeamentos do genoma humano ao comportamento de indivíduos (Benhall 1998, Fish 1997, Mithan 1995, Wilson 1998).

Para engajar as teses neo-darwinistas é preciso ter algum conhecimento da evolução humana. Todavia há muito a Geografia Humana deixou de tratar assuntos que requerem grande profundidade histórica, fato este já lamentado por Sauer no seu ensaio famoso sobre a Grande Retirada [1963(1941)]. Os geógrafos físicos ainda estudam fenômenos antigos mas de enfoque mais geológico de que huma-

no. Só alguns, como por exemplo Atkins *et. alli.* (1998), Butzer (1964, 1992), Goudie (1981) e Simmons (1989), mantêm interesse pela evolução humana enquanto a maioria de geógrafos deixa este assunto para os antropólogos. Contudo, como vimos acima, a Antropologia a partir dos anos de 1980 também sofreu uma cisão físico-cultural, fazendo com que novas gerações de antropólogos culturais não recebam o treinamento biofísico necessário para mobilizar seus conhecimentos sociais de forma holística visando a rebater as teses neo-darwinistas

Existe, entretanto, um importante grupo de antropólogos franceses, liderados por Bloch, Boyer e Sperber, que engaja o Neo-Darwinismo de forma construtiva ao ponto que pode ser considerado parte do movimento. Criticam o conceito de "meme" como elemento mais básico da cultura e propõem no seu lugar outro mecanismo mais complexo de interação biológica-cultural que se dá ao nível de indivíduos. Utilizando analogias biomédicas, advogam abertamente uma ciência "natural" da cultura e criticam o determinismo cultural de uma suposta "consciência coletiva", preferindo um modelo comportamental reducionista. As idéias que compõe a cultura se "propagam" e passam de pessoa a pessoa por um processo "epidemiológico" (Bloch 2000, Bloch e Sperber 2002, Boyer 1994, Sperber 1996). Utilizando conceitos e jargões biomédicos aparentemente inocentes, estes antropólogos franceses levam as Ciências Humanas ao encontro da Psicologia Evolucionista, que, por sua vez, faz a ponte para a Sociobiologia.

Se tratasse de alguns antropólogos que ocupam uma posição marginal na sua disciplina, a colaboração com o Neo-Darwinismo podia ser ignorada. Contudo, Bloch, Boyer e Sperber são

antropólogos que ocupam posições de destaque ou exercem forte influência nos renomados centros de pesquisa da University of Cambridge, da University of London, do Centre National de la Recherche Scientifique e do Musée de l'Homme. Além disso, deve ser lembrado que praticamente todas as grandes inovações teóricas nas Ciências Humanas desde 1890 tiveram sua origem na França.

Tudo isto, passa longe de qualquer tendência teórica ou especialidade geográfica, inclusive da Geografia Médica. Nem resta para a Geografia a tarefa de mapear a diversidade genômica no mundo pois até isso os biólogos já domam, ao exemplo de Cavalli-Sforza *et. alli.* (1994). Assim sendo, se os neo-darwinistas alcançam a Consiliência da Ciência por via do reducionismo biológico será com pouca ou nenhuma participação de geógrafos. Contudo, existem outras formas do neo-darwinismo além do reducionismo biológico.

Como ocorreu com o último grande paradigma racionalista – o Estruturalismo – há várias correntes paralelas no Neo-Darwinismo. Nas diferentes disciplinas existe aplicações de conceitos darwinistas na Astronomia (Zurek 2004), na Filosofia (Stein 1993) e na Política Econômica (Fukuyana 1995, Wolf 2004). É nesta última que vê a globalização pelo determinismo econômico das redes tecnológicas, da competitividade internacional e do Estado mínimo que existe um lugar para a Geografia dentro do paradigma maior. Por este caminho, porém, a disciplina durante a nova fase racionalista da Ciência se distanciará mais uma vez da Antropologia, provocando a indiferença por parte dos antropólogos neo-darwinistas ou o embate por parte dos antropólogos e geógrafos contrários ao Neo-Darwinismo qualquer que seja a sua forma, biológica ou econômica.

DESTINO HISTÓRICO OU ECONOMIA POLÍTICA CULTURAL RADICAL? _____

Este trabalho tentou mostrar quando e porque há colaboração entre a Geografia e a Antropologia em certos momentos enquanto há embate ou indiferença em outros momentos. Há intensa interação entre as duas disciplinas quando têm assuntos de interesse mútuo estudados através de epistemologias semelhantes, há embate quando compartilham interesses semelhantes mas epistemologias diferentes e há indiferença quando os interesses e epistemologias são completamente divergentes. Vimos que a Geografia e a Antropologia convergem em momentos de Ciência crítica quando prevalecem epistemologias fenomenológicas que enfatizam diversidade cultural, problemas ambientais e métodos etnográficos aplicados em escala local. Há divergência quando a Geografia utiliza epistemologias racionalistas nas quais propõem-se modelos reducionistas e deterministas baseados na experiência dos países centrais supostamente aplicáveis em qualquer lugar do mundo (Tabela 1a, 1b).

Desde meados dos anos de 1990 as Ciências Humanas e Biofísicas parecem caminhar num sentido de uma grande "consiliência" em torno do paradigma racionalista do Neo-Darwinismo, envolvendo um processo de "colonização" das demais disciplinas por conceitos biológicos que entram no jargão acadêmico como se fosse por osmose, sem a devida atenção à sua origem, nem às suas implicações epistemológicas e políticas (Rose 2001). Assim sendo, podemos perguntar se é realmente necessário para a Geografia e a Antropologia aderirem ao novo paradigma para assegurar sua sobrevivência disciplinar e se a adesão diferenciada das duas

disciplinas levará à divergência de interesses como ocorreu em fases racionalistas do passado?

O pensamento científico só é fadado a repetir os mesmos erros do passado se os intelectuais envolvidos não tiverem nenhuma noção sobre processos históricos na Ciência. Tentou-se aqui esclarecer justamente tais processos para não ficar preso à tirania do modismo no pensamento científico que só valoriza as idéias do "presente acadêmico". Como essas idéias se generalizam a partir de um passado recente, elas podem não corresponder mais à realidade empírica no mundo em momentos de bruscas mudanças, como é o caso desde 2000. Kuhn 1970 (1962) caracterizou como ocorrem revoluções no pensamento científico mas deixou fora a questão de *quando* acontecem, esquivando da questão alegando que dependia de eventos externos à Ciência.

Os eventos mundiais dos últimos quatro anos representam justamente uma mudança tectônica

do contexto cultural em que a Ciência se insere, desafiando explicação pelo Neo-Darwinismo, Ecologia Política e Pós-Modernismo. As certezas ambientais, econômicas e políticas dos anos de 1990 foram deixadas para trás, exigindo a construção de uma Ciência muito mais crítica de que abordagens recentes permitem. Sayer (2001) batizou a nova abordagem de Economia Política Cultural Radical. Exemplos recentes na Geografia seriam Gregory (2004) e Harvey (2003) nas suas análises radicais do "novo imperialismo", que vão muito além de suas obras dos anos de 1990 (Gregory 1994, Harvey 1996) e que vêm ao encontro das críticas antropológicas e históricas ao imperialismo americano (Hine e Faragherer 2000, Hoefle, 2003, 2004), mostrando como um projeto holístico radical abrangendo as dimensões espaciais, culturais e temporais pode dar conta do novo mundo que emerge.

TABELA 1A - CONVERGÊNCIA E DIVERGÊNCIA CONCEITUAL ENTRE A GEOGRAFIA E A ANTROPOLOGIA

Escopo Cultural Conceitual	Evolução Biosocial	Difusão Historicista	Funcionalismo Evolucionista	Difusão Cultural	Funcionalismo Estático	Funcionalismo Estrutural	Estruturalismo	Neo-Marxismo	Pós-Modernismo	Ecologia Política	Neo-Darwinismo	Economia Política Cultural Radical
Modo de produção/Formação social								AG				AG
Desenvolvimento Econômico						G	G				G	
Estrutura social						A	A					
Sociedade/modo de vida			AG		AG					AG		
Cultura	A	AG		AG		A			AG	AG	A	AG
Raça	AG	G										
Ambiente	G	G		G	G					AG		
Paisagem				G					AG	AG		
Lugar/área			G	A	G				AG			
Região						G	G	G				
Espaço							G	G	G			
Globalização											G	AG

TABELA 1B - CONVERGÊNCIA E DIVERGÊNCIA ESPACIAL, TEMPORAL E METODOLÓGICA ENTRE A GEOGRAFIA E A ANTROPOLOGIA

Esco po Cultural Conceitual metodológico	Evolução Biosocial	Difusão Histori- cista	Funciona- lismo Evo- lucionista	Difusão Cultural	Funciona- lismo Esté- tico	Funciona- lismo Es- trutural	Estrutura- lismo	Neo-Mar- xismo	Pós-Mo- dernismo	Ecologia Política	Neo-Da- rwiniano	Economia Política Cultural Radical
<i>Tipo de Sociedade – Espaço Espacial</i>												
Tribal / pri- mitiva	A	AG	A	AG	A	A	A	A		A	A	
Campones- as / Agrária	G	AG	G	G	G	G	A	AG	A	AG	AG	A
Urbano-in- dustrial	G		G		G	G	G	G	AG	AG	AG	AG
Mundial / Global	AG	G						G			G	AG
<i>Escoço Temporal</i>												
Presente sincrônico			A		AG	AG			AG		G	
>1945							G					AG
>1750	G						G		AG			
>1500								AG		AG		
Milhares de anos	A	AG	AG	AG			A			A		
Milhões de anos							A				A	
<i>Metodologia</i>												
Qualitativa Dados pri- mários				AG	AG	A	A	A	AG			
Qualitativa Dados se- cundários	AG	AG	AG	AG	AG	A	A	A	AG		A	
Qualitativa e Quantita- tiva	G		AG			G	A	G		AG		AG
Quantita- tiva Dados pri- mários							G					
Quantita- tiva Dados se- cundários							G				G	

- ABLER, R., J.S. ADAMS e P. GOULD. *Spatial Organization*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1973.
- ALTHUSSER, L. e E. BALIBAR. *Reading Capital*. New York: Pantheon, 1970(1968).
- ANDERSON, K., M. DOMOSH, S. PILE e N. THRIFT (eds.). *Handbook of Cultural Geography*. London: Sage, 2003.
- ARMSTRONG, W. e T.G. MCGEE. *Theatres of Accumulation: Studies in Asian and Latin American Urbanization*. London: Methuen, 1985.
- ATKINS, P., I. SIMMONS e B. ROBERTS. *People, Land and Time*. London: Arnold, 1998.
- AUNGER, R. (ed.). *Darwinizing Culture*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- ATKINSON, A. *Principles of Political Ecology*. London: Belhaven, 1991.
- BASSIN, M. *Friedrich Ratzel and Geopolitics in Ratzel's Writings*. Trabalho apresentado no 30º Congresso Internacional de Geógrafos, Glasgow, Escócia, 2004.
- BEATTIE, J. *Other Cultures*. New York: Free Press, 1964.
- BENDER, B. Introduction. In *Landscape: Politics and Perspectives*, B. Bender (ed.), p. 1-18. Oxford: Berg, 1995.
- BINNS, T. *Tropical África*. London: Routledge, 1994.
- BLAIKIE, P. e H. BROOKFIELD. *Land Degradation and Society*. Methuen: London, 1986.
- BLOCH, M. A Well Disposed Social Anthropologist's Problems with Memes. In *Darwinizing Culture*, R. Aunger (ed.), p. 189-204. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- BLOCH, M e D. SPERBER. Kinship and Evolved Psychological Dispositions. *Current Anthropology* 43(5): 723-478, 2002.
- BOAS, F. *Language, Race and Culture*. Glencoe: Free Press, 1966(1887-1939).
- BOURDIEU, P. *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977(1972).
- BOYER, P. *The Naturalness of Religious Ideas*. Berkeley: University of California Press, 1994.
- BROOKFIELD, H. *Interdependent Development*. London: Methuen, 1975.
- BUHRARIN, N. e R. LUXEMBURG. *Imperialism and the Accumulation of Capital*. London: Kegan Paul, 1972(1926).
- BUTZER, K. *Environment and Archaeology: An Introduction to Pleistocene Geography*. Chicago: Aldine, 1964.
- . *Archaeology as Human Ecology*. New York: Cambridge University Press, 1992.
- CARSTEN, J. e S. HUGH-JONES (eds.). *About the House: Lévi-Strauss and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- CAVALLI-SFORZA, L.L., P. MENOZZI e A. PIAZZA. *The History and Geography of Human Genes*. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- CHAMBER, R. *Challenging the New Professionalism*. London: Intermediate Technology, 1994.
- CLIFFORD, J. e G.E. MARCUS (eds.). *Writing Culture*. University of California Press, Berkeley, 1986.
- COOK, I., D. CROUCH, S. NAYLOR e J.R. RYAN (eds.). *Cultural Turns, Geographical Turns*. Harlow: Prentice-Hall, 2000.
- COSGROVE, D. *Formation Social and Symbolic Landscape*. London: Croom Helm, 1984.
- . *Geography is Everywhere*. In *Horizons in Human Geography*, D. Gregory e R. Walford (eds.), p. 118-135. London: MacMillan, 1989.
- . *Landscapes and Myths, Gods and Humans*. In *Landscape: Politics and Perspectives*, B. Bender (ed.), p. 281-306. Oxford: Berg, 1995.
- COSGROVE, D. e S. DANIELS (eds.). *Iconography of Landscape*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- CRUSH, J. Post-colonialism, De-colonization and Geography. In *Geography and Empire*, A. Godlewska e N. Smith (eds.), p. 333-350. Oxford: Blackwell, 1994.
- DARWIN, C. *Origin of Species*. Chicago: Great Books, 1952(1859).
- . *The Descent of Man and Selection in Relation to Sex*. Chicago: Great Books, 1952(1870).
- DURKHEIM, E. 1896-97. Der Staat und sein Boden geographisch beobachtet (resenha). *L'Année sociologique* 1: 533-539.
- . 1897-98. Morphologie sociale. *L'Année sociologique* 2: 520-521.
- . 1897-98. Politische Geographie (resenha). *L'Année sociologique* 2: 522-532.
- . 1898-99. Anthropogeographie (resenha). *L'Année sociologique* 3: 550-558.
- . 1900. Das Meer als Quelle der Voelkergroesse e Der Ursprung und die Wanderungen der Voelker geographisch betrachter (resenhas). *L'Année sociologique* 4: 565-568.
- . *The Division of Labor in Society*. New York: Free Press, 1964(1893).
- . *The Rules of Sociological Method*. New York: Free Press, 1964(1895).
- . *Suicide*. New York: Free Press, 1966(1897).
- ELLEN, R. Persistence and Change in the Relationship between Anthropology and Human Geography. *Progress in Human Geography* 12(2): 229-262, 1988.
- ENGELS, F. *Socialism: Utopian and Scientific*. New York: International Press, 1972(1880).
- . *The Origin of the Family, Private Property and the State, in Light of Researches of L.H. Morgan*. New York: International Press, 1972(1884).
- ERIKSEN, T.H. *Small Places, Large Issues*. London: Pluto, 2001.
- ERIKSEN, T.H. e F.S. NIELSEN. *A History of Anthropology*. London: Pluto, 2001.
- EVANS-PRITCHARD, E.E. *Anthropology and Other Essays*. New York: Free Press, 1962.
- FISH, J.M. How Psychologists Think about 'Race'. *General Anthropology* 4(1), 1-3, 1997.
- FORDE, C.D. *Values in Human Geography*. London: Methuen, 1925.
- . *Habitat, Economy and Society: A Geographical Introduction to Ethnology*. New York: Dutton, 1963(1934).

- FORDE, C.D. e P. KABERRY (eds.). *Western African Kingdoms in the Nineteenth Century*. Oxford: Oxford University Press, 1967.
- FRANK, A.G. *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*. New York: Monthly Review Press, 1967.
- . *Latin America: Underdevelopment or Revolution?* New York: Monthly Review Press, 1969.
- FUKUYAMA, F. Reflections on the End of History, Five Years Later. *History and Theory* 34(2): 27-43.
- GEERTZ, C. *Agricultural Involution*. Berkeley: University of California Press, 1963.
- . *The Interpretation of Cultures*. New York: Basic Books, 1973.
- GODELIER, M. *Perspectives in Marxist Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977(1973).
- GOUDIE, A. *The Human Impact*. Oxford: Blackwell, 1981.
- GREGORY, D. *Ideology, Science and Human Geography*. London: Hutchinson, 1978.
- . *Geographical Imaginations*. Oxford: Blackwell, 1994.
- . *The Colonial Present*. Oxford: Blackwell, 2004.
- GUDEMAN, S e A. RIVERA. Colombian Conversations. *Current Anthropology* 30(3): 267-282, 1989.
- GUTKIND, P.C.W. *Urban Anthropology*. Assen: van Gorcum, 1974.
- HANNERZ, U. *Exploring the City: Inquiries toward an Urban Anthropology*. New York: Columbia University Press, 1980.
- HARRIS, M. *The Rise of Anthropological Theory*. New York: Crowell, 1968.
- HARTSHORNE, R. *The Nature of Geography*. Lancaster: AAG, 1939.
- HARVEY, D. *Social Justice and the City*. London: Arnold, 1973.
- . *The Urbanization of Capital*. Oxford: Blackwell, 1985.
- . *The Condition of Postmodernity*. Oxford: Blackwell, 1989.
- . *Justice, Nature and the Geography of Difference*. Oxford: Blackwell, 1996.
- . *The New Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- HEFFERNAN, M. The Science of Empire. In *Geography and Empire*, A. Godlewska e N. Smith (eds.), p. 92-114. Oxford: Blackwell, 1994.
- HERLIHY, P.H. e G. KNAPP (eds.). Participatory Mapping of Indigenous Lands in Latin America (número temático). *Human Organization* 62(4), 2003.
- HINE, R.V. e J.M. FARAGHER. *The American West*. New Haven: Yale University Press, 2000.
- HIRSCH, E e M. O'HANLON (eds.). *The Anthropology of Landscape: Perspectives on Place and Space*. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- HOBSBAWN, E. *Age of Extremes*. London: Michael Joseph, 1994.
- HOEFLE, S.W. Beyond Cold War Pipedreams. *Journal of Peasant Studies* 30(2): 95-123, 2003.
- . Bitter Harvest: The US Frontier Legacy of Internal Violence and Belligerent Imperialism. *Critique of Anthropology* 24(3): 277-300, 2004.
- HOLLOWAY, R.L. Biological Anthropology at Columbia. *Anthropological News* 43(8): 3, 2002.
- HOLTZMAN, J. The Local in the Local: Models of Time and Space in Samburur District, Northern Kenya. *Current Anthropology* 45(1): 61-84, 2004.
- HYMES, D. *Reinventing Anthropology*. New York: Pantheon, 1969.
- JAY, M. *The Dialectical Imagination: A History of the Frankfurt School and the Institute of Social Research 1923-1950*. Boston: Little, Brown and Company, 1973.
- JENKS, C. *Culture*. London: Routledge, 1993.
- KAHN, J.S. Culture: Demise and Resurrection? *Critique of Anthropology* 9(2): 5-25, 1989.
- KROEBER, A.L. *The Nature of Culture*. Chicago: University of Chicago Press, 1952(1901-1951).
- . *Anthropology: Culture Patterns and Processes*. New York: Harbinger, 1962(1922/1948).
- KUHN, T. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1970(1962).
- LASH, S. *Sociology of Postmodernism*. London: Routledge, 1990.
- LENIN, V. I. *Imperialism, the Highest State of Capitalism*. In *Essential Works of Lenin*, H.M. Christman (ed.), p. 177-270. New York: Bantam, 1971(1916).
- LÉVI-STRAUSS, C. *Structural Anthropology*. New York: Anchor, 1967(1958).
- LÉVI-STRAUSS, C. *The Savage Mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1969(1962).
- . *The Raw and the Cooked: Introduction to a Science of Mythology*. New York: Harper, 1972(1969).
- LIVINGSTON, D.N. *The Geographical Tradition*. Oxford: Blackwell, 1992.
- . Climate's Moral Economy. In *Geography and Empire*, A. Godlewska e N. Smith (eds.), pp. 132-154. Oxford: Blackwell, 1994.
- LOW, S.M. e G.W. McDONOGH. Introduction to Remapping the City: Place, Order and Ideology. *American Anthropologist* 103(1): 5-6, 2001.
- LOWIE, R. *Primitive Society*. New York: Liveright, 1970(1920).
- LYOTARD, J.-F. *La Condition postmoderne*. Paris: Minuit, 1979.
- MARX, K. *The Economic and Philosophic Manuscripts of 1844*. New York: International Press, 1967(1844).
- . *Capital*. 3 Volumes. New York: International Press, 1967(1867-94).
- . *Ethnographic Notebooks*. Assen: van Gorcum, 1972(1880-82).
- MARX, K. e F. ENGELS. *The Communist Manifesto*. Chicago: Great Books, 1952(1848).
- MEILLASSOUX, C. *Maidens, Meal and Money*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981(1975).
- MERCHANT, C. *Radical Ecology*. London: Routledge, 1992.
- MITCHELL, D. *Cultural Geography*. Oxford: Blackwell, 2000.
- MITHEN, S. Understanding Mind and Culture: Evolutionary Psychology and Social Anthropology? *Anthropology Today* 11(6), 3-7, 1995.

- MOORE, J.D. *Visions of Culture*. Walnut Creek: Altamira, 2004.
- MORPHY, H. Colonialism, History and the Construction of Place. In *Landscape: Politics and Perspectives*, B. Bender (ed.), p. 205-244. Oxford: Berg, 1995.
- MORGAN, L.H. *Ancient Society*. New York: New York Labor News, 1971(1877).
- OLWIG, K. Sexual Cosmology. In *Landscape: Politics and Perspectives*, B. Bender (ed.), p. 307-344. Oxford: Berg, 1995.
- PÁLSON, G. (ed.). *Beyond Boundaries: Understanding, Translation and Anthropological Discourse*. Oxford: Berg, 1993.
- PAULSON, S., L.L. GERZON e M. WATTS. Locating the Political in Political Ecology. *Human Organization* 62(3): 205-217, 2003.
- PENNIMAN, T.K. *A Hundred Years of Anthropology*. London: Duckworth, 1965(1935).
- PIAGET, J. *Structuralism*. London: Routledge & Kegan Paul, 1971(1968).
- PEPPER, D. *Modern Environmentalism*. London: Routledge, 1996.
- PINKER, S. *How the Mind Works*. New York: Norton, 1997.
- PLOTKIN, H. *Darwin Machines and the Nature of Knowledge*. London: Penguin, 1994.
- RABINOW, P. *French Modern*. Boston: MIT Press, 1989.
- RADCLIFFE-BROWN, A.L. *Structure and Function in Primitive Society*. Glencoe: Free Press, 1968(1923-52).
- . Introduction. In *African Systems of Kinship and Marriage*, eds. A.L. Radcliffe-Brown & C.D. Forde, pp. 1-85. Oxford: Oxford University Press, 1950.
- RATZEL, F. *The History of Mankind: Principles of Ethnography*. London: MacMillan, 1896(1885-88).
- . 1898-99. Le sol, la société et l'état. *L'Année sociologique* 3: 1-14.
- ROBBINS, P. *Political Ecology*. Oxford: Blackwell, 2004.
- ROSE, H. Colonising the Social Sciences? In *Alas, Poor Darwin, Arguments Against Evolutionary Psychology*, H. Rose e S. Rose (eds.), p. 106-128. London: Jonathan Cape, 2000.
- ROSE, H. e S. ROSE (eds.). *Alas, Poor Darwin, Arguments Against Evolutionary Psychology*. London: Jonathan Cape, 2000.
- ROSE, M.A. *The Post-modern and the Post-industrial*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- SANDNER, G. e M. RÖSSLER. Geography and Empire in Germany, 1871-1945. In *Geography and Empire*, A. Godlewska e N. Smith (eds.), p. 115-127. Oxford: Blackwell, 1994.
- SANGUIN, A.L. About Some Misinterpretations regarding the Works of Friedrich Ratzel. Trabalho apresentado no 30º Congresso Internacional de Geógrafos, Glasgow, Escócia, 2004.
- SAUER, C. O. Morphology of Landscape. In *Land and Life*, J. Leighly (ed.), pp. 315-350. Berkeley: University of California Press, 1963(1925).
- . Forward to Historical Geography. In *Land and Life*, J. Leighly (ed.), pp. 350-379. Berkeley: University of California Press, 1963(1941).
- SAYER, A. For a Critical Cultural Political Economy. *Antipode* 33(4): 687-708, 2001.
- SHAPER, I. *Social Structure in South Africa*. Johannesburg: Kewer, 1948.
- SHURMER-SMITH, P. *Doing Cultural Geography*. London: Sage, 2002.
- SIMMONS, I. G. *Changing the Face of the Earth*. Oxford: Blackwell, 1989.
- . *Interpreting Nature: Cultural Constructions of the Environment*. London: Routledge, 1993.
- SIMMONS, I.G. e N.J. COX. Holistic and Reductionist Approaches to Geography. In *The Future of Geography*, R.J. Johnston (ed.), p. 43-58. London: Methuen, 1985.
- SMITH, C.A. (ed.). *Regional Analysis*. New York: Academic Press, 1976.
- SOJA, E.W. *Postmodern Geographies*. London: Verso, 1989.
- . *Third Space*. Oxford: Blackwell, 1996.
- SOUBEYRAN, O. Imperialism and Colonialism versus Disciplinary in French Geography. In *Geography and Empire*, A. Godlewska e N. Smith (eds.), p. 244-64. Oxford: Blackwell, 1994.
- SPERBER, D. *Explaining Culture: A Naturalistic Approach*. Oxford: Blackwell, 1996.
- STEIN, E. Evolutionary Epistemology. In *A Companion to Epistemology*, J. Dancy e E. Sosa (eds.), p. 122-125. Oxford: Blackwell, 1993.
- STEWART, J.H. *Theory of Culture Change*. Urbana: University of Illinois Press, 1955.
- STOCKING, G. *Race, Culture and Evolution*. New York: Free Press, 1968.
- TAYLOR, P.J. The Value of a Geographical Perspective. In *The Future of Geography*, R.J. Johnston (ed.), p. 92-110. London: Methuen, 1985.
- . The Error of Developmentalism in Human Geography. In *Horizons in Human Geography*, D. Gregory e R. Walford (eds.), p. 303-319. London: MacMillan, 1989.
- THOMAS, N. *Colonialism's Culture*. London: Polity, 1994.
- THRIFT, N. Taking Aim at the Heart of the Region. In *Human Geography*, D. Gregory, R. Martin e G. Smith (eds.), p. 200-231. London: Methuen, 1994.
- . Introduction: Dead or Alive? In *Cultural Turns, Geographical Turns*, I. Cook et. alli. (eds.), p. 1-6. Harlow: Prentice-Hall, 2000.
- TUAN, Y-F. *Topophilia*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1974.
- . *Space and Place*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1977.
- . Cultural Geography: Glances Backward and Forward. *Annals of the AAG* 94(4): 729-733.
- TYLER, S. *Postmodern Anthropology*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1987.
- TYLOR, E. *Primitive Culture*. New York: Cooper Square, 1970(1871).
- . On the Method of Investigating the Development of Institutions. *Journal of the Royal Anthropological Institute* 18: 245-69, 1888.
- . Introduction. In *The History of Mankind: Principles of Ethnography*, F. Ratzel, p. iii-xi. London: MacMillan, 1896(1885-88).

WALLERSTEIN, I. *The Capitalist World-Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

WHITE, L. *The Evolution of Culture*. New York: McGraw Hill, 1959.

WOLF, E.R. *Europe and the People without History*. Berkeley: University of California Press, 1982.

WOLF, M. *Why Globalization Works*. New Haven: Yale University Press, 2004.

ZUREK, W.H. Quantum Darwinism and Envariance. In, *Science and Ultimate Reality: Quantum Theory, Cosmology and Complexity*, J.D. Barrow, P.C.W. Davis e C.L. Harepen Jr. (eds.), p. 121-137. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

ABSTRACT

THE LONG BUT UNEVEN RELATIONSHIP BETWEEN GEOGRAPHY AND ANTHROPOLOGY IS ANALYSED FROM A PHILOSOPHY OF SCIENCE PERSPECTIVE TO SHOW HOW THERE IS A CONVERGENCE OF INTERESTS DURING MOMENTS OF CRITICAL SYNTAGMS AND DIVERGENCE OF INTERESTS IN MOMENTS OF RATIONALIST PARADIGMS. GREATER COLLABORATION EXISTS BETWEEN THE TWO DISCIPLINES DURING PHASES OF CRITICAL THOUGHT WHEN CULTURAL AND ENVIRONMENTAL DIVERSITY AND PHENOMENOLOGICAL EPISTEMOLOGIES INVOLVING PERCEPTIVE INTERACTION AND QUALITATIVE-ETHNOGRAPHIC METHODOLOGIES ARE EMPHASISED. MUTUAL INDIFFERENCE OR THEORETICAL CONFLICT EXIST IN MOMENTS OF RATIONALIST PARADIGMS WHEN CENTRALISED WORLD PROCESSES BASED ON DETERMINIST AND REDUCTIONIST THEORIES OF UNILINEAR EVOLUTION, QUANTITATIVE METHODS, MATHEMATICAL MODELING AND SCIENTIFIC OBJECTIVITY AND PRESCRIPTION ARE ADVOCATED. ATTENTION IS DRAWN TO THE THREAT TO THE WIDESPREAD COLLABORATION, WHICH PRESENTLY OCCURS WITHIN POSTMODERNISM AND POLITICAL ECOLOGY THEORETICAL PERSPECTIVES, REPRESENTED BY THE ADVENT OF NEODARWINISM. DIVERGENCE CAN BE AVOIDED IF A MORE CRITICAL SOCIAL THEORY MORE ATTUNED TO CURRENT PROBLEMS IN THE WORLD, SUCH AS RADICAL CULTURAL POLITICAL ECONOMY, IS TAKEN UP BY BOTH DISCIPLINES.

KEY WORDS: GEOGRAPHY, ANTHROPOLOGY, EPISTEMOLOGY, CRITICAL SCIENCE.

